Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A.

Relatório e Contas 2023

AENOR GESTÃO DE QUALIDADE ISO 9001 | AENOR GESTÃO AMBIENTAL ISO 14001 | AENOR SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO ISO 45001 | IQNet CERTIFIED MANAGEMENT SYSTEM

aquafundalia

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO 3

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 16

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 21

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 52

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho do Fundão, por contrato celebrado a 24 de fevereiro de 2011, com o Município do Fundão e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 5 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aquafundalia irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente.

Plano de Investimentos Executado

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município do Fundão, rubrica de referência na atividade corrente da Aquafundalia, o investimento em infraestruturas, em 2023 não se realizou qualquer investimento, continuando a sua execução, no final do ano de 2023, o montante acumulado de 4.220.600 Euros, o que significa uma percentagem de realização de 82%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquafundalia no final de dezembro de 2023, foi o que se apresenta no quadro seguinte:

			2023
PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA	Investimentos obrigatórios	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro Vale de Prazeres	43 062
		Equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro Monte Leal	24 603
		Equipamento para remoção de arsénio e controlo de pH e cloro Quintas da Torre	21 197
		Benfeitorias das instalações elétricas das redes de abastecimento de água e saneamento de águas residuais no concelho do Fundão	45 525
		Ampliação da rede de saneamento na freguesia das Donas	112 539
		Remodelação do coletor de Ribeira de Silvares	60 399
		Construção rede de abastecimento Quinta da Areeira	19 049
		Ampliação da rede de saneamento em Silvares - Cimo do Lugar	118 356
		Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais nas Ruas dos Tintureiros e Mestre dos Panos	220 363
		Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais na Estrada Principal do Salgueiro	297 912
		Alteração Ampliação da rede de saneamento em Silvares - Cimo do Lugar	39 211
		Reabilitação e Melhoria das Instalações para Abastecimento de Água para Consumo Público	247 783
		Sub-total	**1 249 999**
	Investimentos Município Fundão	Requalificação do Largo Alfredo da Cunha e Largo da Igreja Matriz	7 697
		Projeto de Requalificação da Rua da Cale	15 327
		Execução de Infraestruturas na Zona Histórica do Fundão	90 380
		Requalificação da Variante das Tílias	37 149
		Requalificação da Rua da Cale (2ª Fase Praça Velha)	71 914
		Requalificação da Rua Jornal do Fundão e Rua 25 de Abril	23 105
		Remodelação das Infraestrutura de Água, Saneamento e Pluviais na Av. Da Liberdade	126 828
		Rua João Franco / Jardim Tílias / 5º Outubro	77 742
		Rua da Misericórdia e Germano da Cunha	139 966
		Rua da Misericórdia e Agostinho Fevereiro	29 577
		Projeto de Requalificação da Rua Dr. João Pinto, Rua José Germano da Cunha, Largo do Eiró, Rua da Quintã, Largo de Santo António e Rua de Santo António	130 317
		Sub-total	**750 002**
	Outros investimentos	Telegestão e telemetria	350 567
		Sectorização da rede de abastecimento de água	169 065
		Plano de minimização de perdas de água	40 000
		Inspeção e reparação de coletores	262 728
		Reabilitação do parque contadores	654 952
		Gestão de clientes e marketing	392 306
		Aplicação de *software* de gestão para abastecimento e saneamento	248 981
		Formação e motivação de colaboradores	36 000
		Implementação de um sistema integrado de qualidade e ambiente	33 000
		Implementação de um sistema da higiene, segurança e saúde no trabalho	33 000
		Sub-total	**2 220 599**
		Total	**4 220 600**

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aquafundalia aos utilizadores do concelho de Fundão é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2022. Este programa foi aprovado em 22 de dezembro de 2021 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente em conformidade com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2007, de 7 de dezembro.

Num total de 3.353 análises previstas no PCQA foram registados 25 incumprimentos.

As causas foram várias desde as características hidrogeológicas da origem da água (ferro, pH), falta de manutenção da rede predial no ponto de amostragem, falha de equipamento no processo de tratamento (arsénio, bactérias coliformes, Escherichia Coli) ou migração dos materiais de construção da rede predial (chumbo e níquel).

Volumes de água comprada e captada

O volume de água comprada em 2023 foi 1.578.710 m³ e o de água captada foi 386.371 m³, tendo aumentado 4,13% e diminuído ,45%, respetivamente, em relação a 2022.

O rendimento hidráulico em 2023 do sistema de abastecimento do Fundão foi de 66,71%.

Volume faturado por tipo de utilizador

O volume de água faturado foi 1.293.923 m³, tendo aumentado 1,66% em relação a 2022. O maior volume de faturação da Aquafundalia provém dos utilizadores com tarifário doméstico, sendo os utilizadores com tarifário não-doméstico geral (comércio e indústria) os segundos com maior faturação durante o ano de 2023.

Interrupções no fornecimento

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 103 avarias em condutas. Ocorreram três interrupções no fornecimento de água com duração superior a 6 horas.

Instalação de contadores

Em 2023 foram resolvidas 2.987 ordens de trabalho, das quais 1010 correspondem a novas ligações (altas) e 725 interrupções no abastecimento (baixas) além de outras substituições de contadores devido a vários motivos.

Intervenções na rede de água potável

Em 2023 foram reparadas 341 roturas em condutas e ramais.

Melhorias efetuadas nos sistemas de abastecimento

Em 2023 iniciou-se a reparação do reservatório de Zebras, instalou-se telegestão no reservatório de Enxabarda e de Salgueiro e instalaram-se contadores e *datalogger's* nos seguintes reservatórios: Lavacolhos, Alpedrinha (Calvário), Fundão (velho) e Martianas. Foram instaladas bombas com maior eficiência energética nas captações de São Martinho e Salgueiro.

Volume de água residual tratada e bruta

No ano de 2023 o volume total estimado de água residual que entrou nas ETAR foi 43.867 metros cúbicos. Apesar de terem sido instalados caudalímetros à saída de todas as ETAR à exceção da ETAR de S. Martinho, ETAR de Monte da Touca e ETAR de Zebras Norte, os volumes tratados foram estimados em função do volume distribuído nos vários sistemas de abastecimento, visto que os caudalímetros ainda se encontram em afinação.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número de intervenções na rede de saneamento foi de 236 entre ramais e coletores.

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, são realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 20.300 metros da rede de saneamento.

Melhorias na rede de saneamento

Em 2023 foram instalados caudalímetros de canal aberto tipo Parshall à saída de todas as ETAR à exceção das ETAR de Monte da Touca, S. Martinho e Zebras Norte. Foram também instalados controladores remotos/telegestão nas ETAR de Alqueidão, Bogas de Baixo e Maxial da Ladeira bem como na EEAR de Fontainhas, que permitem um melhor acompanhamento dos processos de tratamento e o alerta de avarias em tempo real.

Consumos energéticos e de reagentes

Tendo em conta a necessidade de tratamento da água bruta, foram consumidos 6.675 kg de hipoclorito de sódio, 2.900 kg de carbonato de sódio nos sistemas de tratamento da água para abastecimento público.

Durante 2023 foram consumidos um total de 137.227 kWh em todas as instalações de captação de água, um total de 2.524 kWh nas estações elevatórias de água potável e um total de 37.046 kWh em todas as instalações de águas residuais.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A Aquafundalia tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, cuja base normativa de certificação passou a ser, em 2021, a norma ISO 45001.

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquafundalia assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município do Fundão, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquafundalia apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquafundalia tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquafundalia é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aquafundalia procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de funcionários ao serviço da empresa foi no período findo em 2023 de 25 (23 foi o número médio de funcionários em 2022).

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquafundalia espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Aquafundalia no ano de 2023, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 4,366 milhões de Euros (4,064 milhões de Euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados em cerca de 7%, de 4,064 milhões Euros em 2022 para 4,366 milhões Euros em 2023.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquafundalia foi em 2023 de 4,314 milhões Euros o qual comparado com o do período anterior, que foi de 3,864 milhões Euros, representa um aumento de 12%. Este valor exclui o impacto do imposto do período.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 1,329 milhões Euros, representando cerca de 31% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1,384 milhões Euros, representando então cerca de 36% do total dos gastos do período. Em valor absoluto, a variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi um decréscimo de cerca de 55 mil euros.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF 19 – Contratos de Construção) registou 1,589 milhões Euros, representando cerca de 37% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1,416 milhões Euros, representando então cerca de 37% do total dos gastos do período.

Para o total dos gastos contribuiu ainda a rubrica de subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF 19 – Contratos de Construção), na parte respeitante à execução do Plano de Investimentos no ano de 2022, contribuindo para 0,68% dos gastos totais, o equivalente a 26.293. Euros para o período em análise. Em 2023, não houve execução do Plano de Investimentos.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 525 mil Euros, representando cerca de 12 % do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 458 mil Euros, representando então cerca de 12% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi um aumento de 15%.

A Aquafundalia registou em 2023, reversão de perdas por imparidade de dívidas a receber no montante 31 mil Euros, em 2022 a Empresa registou perdas por imparidade no montante de 31 mil Euros.

A rubrica de outros gastos registou em 2023, o montante de 270 mil Euros (6% do total dos gastos do período), tendo registado em 2022 o montante de 25 mil Euros (1% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresentou cerca de 322 mil Euros, para o período em análise, face a 303 mil Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, cerca de 8% para ambos os anos.

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquafundalia foi, em 2023, de 4,614 milhões de Euros, o qual, comparado com o período anterior, que foi de 4,083 milhões de Euros, representa um aumento de 13%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2023 o montante de 4,366 milhões de Euros, que comparado com o período anterior, revela um acréscimo de 7% face ao valor de 4,064 milhões de Euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF 19 – Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2022 com 26 mil Euros.

A rubrica de outros rendimentos regista em 2023 o valor de 206 mil Euros. A mesma rubrica registava em 2022 o valor de 19 mil Euros. Relacionado com o Acordo alcançado com o Município do Fundão nos últimos dias de dezembro de 2023.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 256.430,20 Euros, representa um aumento face ao período anterior, que havia registado um resultado positivo no montante de 192.664,33 Euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aquafundalia, a mesma apresenta no final do período de 2023 uma recuperação de aproximadamente 256 mil Euros.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pela guerra na Ucrânia, a Aquafundalia continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 610.705 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de 17%, comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento de cerca de 32%, situando-se no final de 2023 em 288.567 Euros.

	Ano 2023	Ano 2022
Rentabilidade do ativo total	3,58%	2,70%
Rentabilidade dos capitais próprios	5,10%	4,04%
Rentabilidade das vendas	5,87%	4,74%
EBITDA	610 705	521 627
EBIT	288 567	218 332

Estrutura Financeira

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 7.147.054 Euros em 2022 para 7.165.070 Euros em 2023.

Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 4.767.480 Euros em 2022 para 5.023.910 Euros em 2023, tendo desta forma aumentado a sua importância na estrutura de capitais, passando de 66,71% para 70,12%. O passivo diminuiu de 2.379.574 Euros em 2022 para 2.141.160 Euros em 2023.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2023, em termos percentuais, uma melhoria dos mesmos face ao ano de 2022:

	Ano 2023	Ano 2022
Capitais próprios	5 023 910	4 767 480
Passivo total	2 141 160	2 379 574
Passivo corrente	1 229 720	1 025 824
Ativo total	7 165 070	7 147 054
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	70,12%	66,71%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	234,63%	200,35%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	29,88%	33,29%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	57,43%	43,11%

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquafundalia encontra-se mandatado para o triénio 2023-2025.

A Administração da Aquafundalia está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do Grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a Aquafundalia encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado do período, que ascendeu a 256.430,20 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal:	12.821,51 Euros
Para Outras Reservas:	243.608,69 Euros

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquafundalia aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

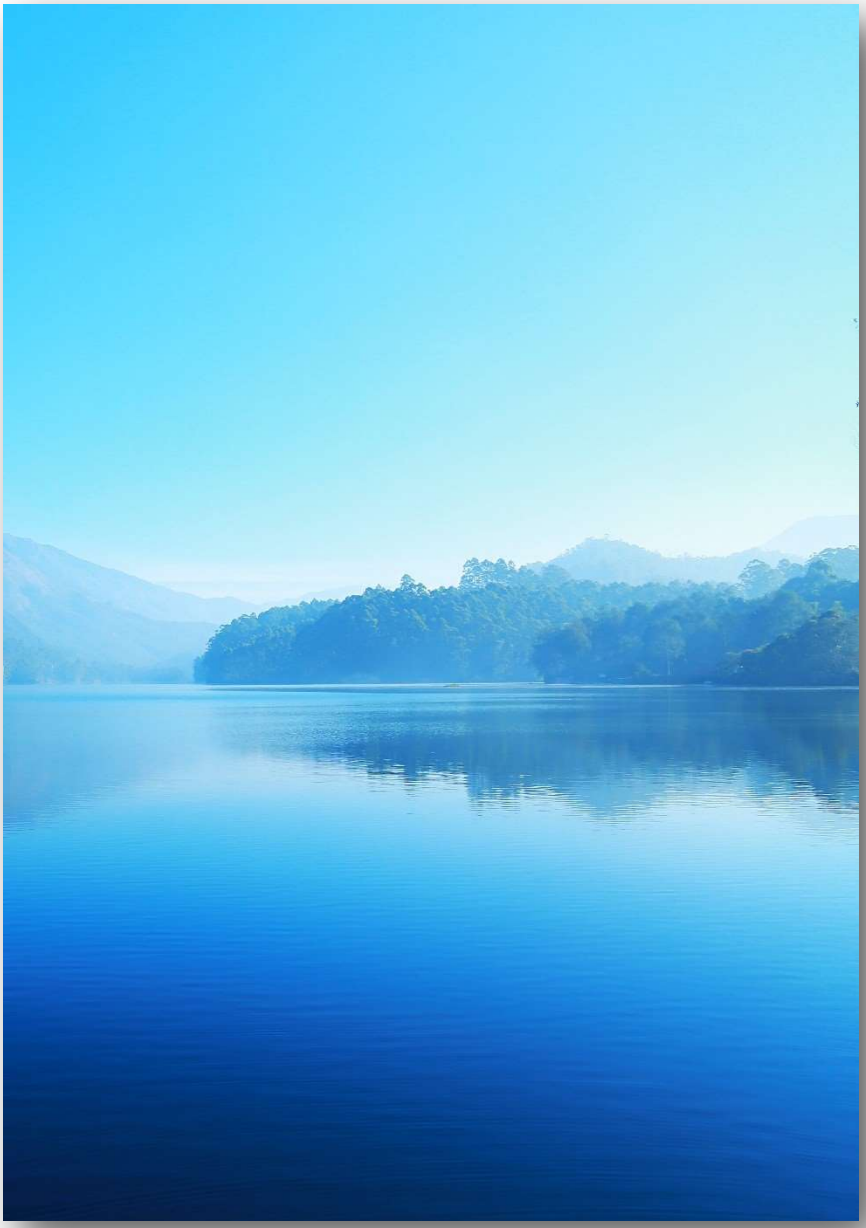
Fundão, a 29 de março de 2024

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Francisco de Lope Alonso
Presidente

Jesús Rodríguez Sevilla
Vogal

Artur António Baptista Vidal
Vogal



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em euros

	NOTAS	2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	398 954	300 635
Ativos intangíveis	6	4 309 660	4 545 202
Outros ativos financeiros		558	455
Ativos por impostos diferidos	7	197 936	200 020
subtotal		**4 907 108**	**5 046 312**
Ativo corrente			
Clientes	9	648 580	602 634
Adiantamentos a fornecedores	9	70 165	5 491
Estado e outros entes públicos	8	41 052	30 572
Accionistas/sócios	11	800 000	-
Outros créditos a receber	9	258 346	155 102
Diferimentos	10	6 848	8 999
Caixa e depósitos bancários	4	460 449	1 297 944
subtotal		**2 285 440**	**2 100 742**
Total do ativo		**7 192 548**	**7 147 054**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	13	3 800 000	3 800 000
Reservas legais	13	55 056	45 423
Outras reservas	13	912 424	729 393
Resultado líquido do período	13	256 430	192 664
Total do capital próprio		**5 023 910**	**4 767 480**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6 ; 23	911 440	1 353 750
subtotal		**911 440**	**1 353 750**
Passivo corrente			
Fornecedores	11 ; 12	543 155	279 273
Adiantamentos de clientes	12	21 026	17 322
Estado e outros entes públicos	8	39 346	10 048
Outras dívidas a pagar	11 ; 12	481 398	604 662
Diferimentos	10	172 273	114 519
subtotal		**1 257 198**	**1 025 824**
Total do passivo		**2 168 638**	**2 379 574**
Total do capital próprio e do passivo		**7 192 548**	**7 147 054**

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023	2022
Vendas e serviços prestados	14	4 365 600	4 064 294
Subsídios à exploração		-	395
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	(1 328 913)	(1 383 962)
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 589 114)	(1 442 532)
Gastos com o pessoal	17	(524 772)	(457 519)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	30 666	(31 036)
Provisões ((aumentos)/reduções)	6	(279 164)	(221 773)
Outros rendimentos	18	205 989	18 621
Outros gastos	19	(269 587)	(24 861)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**610 705**	**521 627**
		-	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	(322 138)	(303 295)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**288 567**	**218 332**
Juros e rendimentos similares obtidos	22	11 998	-
Resultado antes de impostos		**300 565**	**218 332**
Imposto sobre o rendimento do período	21	(44 135)	(25 668)
Resultado líquido do período		**256 430**	**192 664**

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em euros

RUBRICAS	NOTAS	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 478 276	4 203 571
Pagamentos a fornecedores		(3 520 234)	(3 014 126)
Pagamentos ao pessoal		(517 934)	(452 602)
Caixa gerada pelas operações		**440 108**	**736 843**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(951)	(64 499)
Outros recebimentos/pagamentos		(233 695)	(4 835)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**205 462**	**667 509**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(230 840)	(136 489)
Ativos intangíveis		(13 204)	(148 125)
Juros e rendimentos similares		1 087	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(242 957)**	**(284 614)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos concedidos		(800 000)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**(800 000)**	**-**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**(837 495)**	**382 895**
Efeito das diferenças de câmbio		-	
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	**1 297 944**	**915 049**
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	4	**460 449**	**1 297 944**

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 800 000	33 777	508 111	232 928	4 574 816
Aplicação do resultado do período anterior	13	-	11 646	221 282	(232 928)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	6 ; 13	-	-	-	-	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		**3 800 000**	**45 423**	**729 393**	**-**	**4 574 816**
Resultado líquido do período		-	-	-	192 664	192 664
Posição no fim do exercício		**3 800 000**	**45 423**	**729 393**	**192 664**	**4 767 480**

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

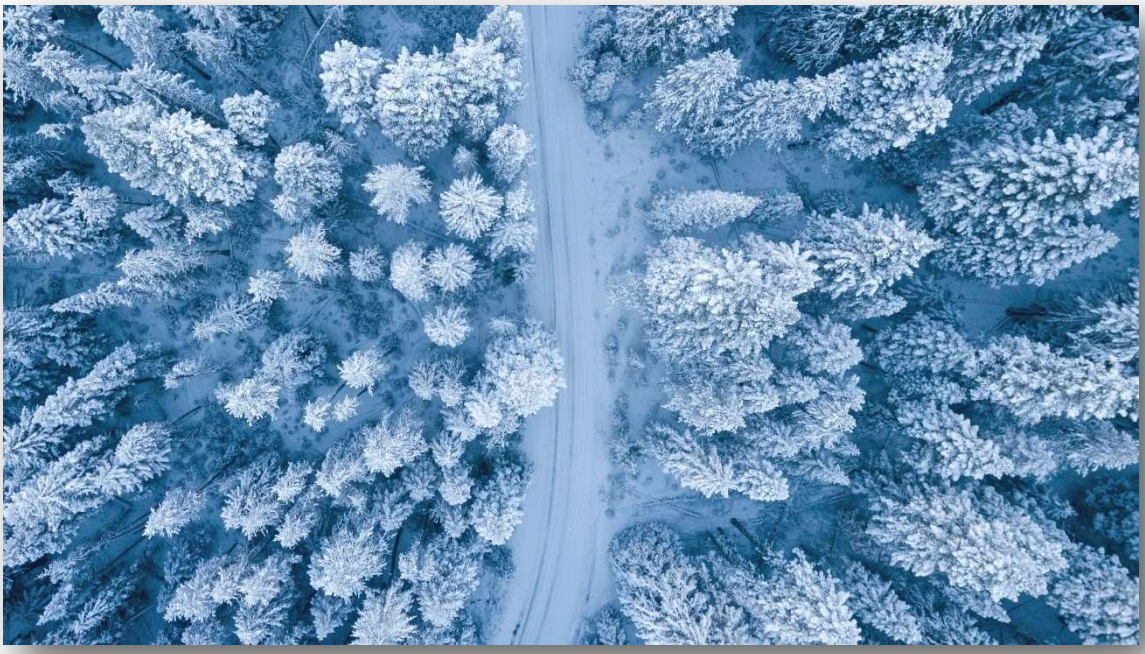
Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 800 000	45 423	729 393	192 664	4 767 480
Aplicação do resultado do período anterior	13	-	9 633	183 031	(192 664)	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		**3 800 000**	**55 056**	**912 424**	**-**	**4 767 480**
Resultado líquido do período		-	-	-	256 430	256 430
Posição no fim do exercício		**3 800 000**	**55 056**	**912 424**	**256 430**	**5 023 910**

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. ("Aquafundalia" ou "Empresa") é uma sociedade anónima, com sede na Rua dos Restauradores, Lote A/B, em Fundão, constituída a 17 de fevereiro de 2011, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2011, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e a Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquafundalia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, nomeadamente tendo em consideração o mencionado na Nota 25, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo período de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações de estimativas contabilísticas e erros e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo

concessionário. O contrato de concessão define os investimentos que a empresa se obrigou a efetuar até ao final da concessão.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquafundalia reconhece o rédito e os gastos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Util
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.
O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações ou amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6 CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.9. ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.10. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação e possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. SUBSÍDIOS

Os subsídios de entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o mesmo venha a ser recebido e que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber, de acordo com a NCRF 22 – Subsídios e Outros Apoios de Entidade Públicas.

Os subsídios de entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio e, subsequentemente, são imputados na base sistemática como rendimento durante o período de vida útil dos ativos a que respeitam.

3.12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13. GESTÃO DE RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposto a Empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.14. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Registo de provisão relacionada com as diferenças de preço de compra de água (Nota 24);
- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era:

	Ano 2023	Ano 2022
Caixa	1 750	1 750
Depósitos à ordem		
Santander Totta	159 249	409
Caixa Geral de Depósitos	38 278	1 221 428
Novo Banco	107 722	74 357
Bankinter	153 450	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	**460 449**	**1 297 944**

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ter sido corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2022	Aumentos	Abates	Saldo em 31.12.2023
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	349 092	49 320	-	398 412
Equipamento de transporte	69 148	122 392	-	191 540
Equipamento administrativo	25 993	-	-	25 993
Total	**444 233**	**171 712**	**-**	**615 945**
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	**Saldo em 31.12.2022**	**Aumentos (Nota 21)**	**Abates**	**Saldo em 31.12.2023**
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	92 143	44 254	-	136 397
Equipamento de transporte	31 532	28 168	-	59 700
Equipamento administrativo	19 923	971	-	20 894
Total	**143 598**	**73 393**	**-**	**216 991**
Saldo líquido	**300 635**	**98 319**	**-**	**398 954**

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2021	Aumentos	Abates	Saldo em 31.12.2022
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	251 328	97 764	-	349 092
Equipamento de transporte	50 914	18 234	-	69 148
Equipamento administrativo	22 998	2 995	-	25 993
Total	**325 240**	**118 993**	**-**	**444 233**
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	**Saldo em 31.12.2021**	**Aumentos**	**Abates**	**Saldo em 31.12.2022**
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	53 787	38 356	-	92 143
Equipamento de transporte	15 390	16 142	-	31 532
Equipamento administrativo	19 046	877	-	19 923
Total	**88 223**	**55 375**	**-**	**143 598**
Saldo líquido	**237 017**	**63 618**	**-**	**300 635**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2022	Aumentos	Transferencias	Saldo em 31.12.2023
Ativos intangíveis				
Plano investimento - POSEUR Cadastro	84 764	-	-	84 764
Plano investimento	7 132 039	-	-	7 132 039
Outros ativos intangíveis	-	13 203	-	13 203
Total	**7 216 803**	**13 203**	**-**	**7 230 006**
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	**Saldo em 31.12.2022**	**Aumentos (Nota 21)**	**Transferencias**	**Saldo em 31.12.2023**
Ativos intangíveis				
Plano investimento - POSEUR Cadastro	151 431	66 667	-	218 098
Plano investimento	2 520 170	181 253		2 701 423
Outros ativos intangíveis	-	825	-	825
Total	**2 671 601**	**248 745**	**-**	**2 920 346**
Saldo líquido	**4 545 202**	**(235 542)**	**-**	**4 309 660**

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2021	Aumentos	Transferencias	Saldo em 31.12.2022
Ativos intangíveis				
em Firme - POSEUR Cadastro	84 764	-	-	84 764
em Firme - Plano de Investimento	7 132 039	-	-	7 132 039
Total	**7 216 803**	**-**	**-**	**7 216 803**
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	**Saldo em 31.12.2021**	**Aumentos (Nota 21)**	**Transferencias**	**Saldo em 31.12.2022**
Ativos intangíveis				
em Firme - POSEUR Cadastro	84 764	66 667	-	151 431
em Firme - Plano de Investimento	2 338 917	181 253	-	2 520 170
Total	**2 423 681**	**247 920**	**-**	**2 671 601**
Saldo líquido	**4 793 122**	**(247 920)**	**-**	**4 545 202**

Ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) foi aprovada a candidatura apresentada pela Aquafundalia (POSEUR-03-2012-FC-000091) para subsídio ao investimento relativo à Elaboração do Cadastro das Infraestruturas existentes nos Sistemas em Baixa de Saneamento de Águas Residuais no Concelho do Fundão. Esta candidatura teve por base um investimento de cerca de 86 mil Euros e uma contribuição do Fundo de Coesão de aproximadamente 73 mil Euros. Em 2017, foi recebido o montante de 49 mil Euros, em 2018 foi recebido o montante de 13 mil Euros e em 2020 foi recebido o montante de 7 mil Euros. O remanescente ainda não recebido encontra-se registado na rubrica “Outros créditos a receber” (Nota 9).

A aceitação dos termos do regulamento do programa POSEUR presume um reconhecimento no Balanço de um incremento do Ativo Intangível, assim como um Subsídio ao Investimento no Capital Próprio (líquido do efeito fiscal), sendo o mesmo reconhecido anualmente de acordo com a vida útil dos ativos (Nota 18).

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado (5.132.039,00 Euros), no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estas provisões ascendem a 911.440 Euros.

Adicionalmente, em 2016 foi constituída uma provisão relativa à diferença de preço de compra de água entre o contrato existente entre o Município do Fundão e a Empresa e os valores estabelecidos pelo Decreto-Lei 94/2015, de 29 de maio. Esta provisão é reforçada anualmente a fim de cobrir a diferença de preços dos meses decorridos.

Conforme divulgado em maior detalhe na Nota 22, no ano de 2023, foi alcançado um acordo entre a Aquafundalia e o Município do Fundão referente ao diferendo existente para o período compreendido entre janeiro de 2021 e dezembro de 2023, para o qual a Empresa tinha uma provisão constituída no montante de 721.475 Euros, a qual foi totalmente utilizada em dezembro de 2023, com o acordo alcançado.

No período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a provisão aumentou nos montantes de 279.165 Euros e 221.773 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, a provisão em causa, foi na sua totalidade utilizada.

Este passivo decorre de uma obrigação legal na sequência da aplicação da legislação em vigor, não sendo esperada pela Empresa nenhuma responsabilidade adicional para o período referido.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2023	Ano 2022
Saldo inicial - Concessão	911 440	937 733
Utilizações concessão (Nota 14 e 16)	-	(26 293)
Saldo final - Concessão (a)	911 440	911 440
Saldo inicial - Provisão Água	442 310	220 537
Aumentos	279 165	221 773
Utilizações - Outras provisões (Nota 23)	(721 475)	-
Saldo final - Provisão Água (b)	-	442 310
Saldo final (a) + (b)	**911 440**	**1 353 750**

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Saldo inicial	**200 020**	**201 198**
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 22)	(2 084)	(1 178)
Total dos efeitos na demonstração de resultados	**(2 084)**	**(1 178)**
Saldo final	**197 936**	**200 020**

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de 21%, acrescida de derrama municipal quando seja aplicável (a qual não é aplicável ao Município do Fundão).

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e perdas por imparidade de clientes.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Ativo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas		
Pagamentos por conta pagos (Nota 22)	-	13 166
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	41 052	17 406
Total	41 052	30 572

	Ano 2023	Ano 2022
Passivo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas		
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 22)	27 478	-
Retenção de Impostos sobre o rendimento	1 181	2 098
Contribuições para a Segurança Social e CGA	10 687	7 950
Total	39 346	10 048

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Clientes" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Clientes		
Clientes conta corrente	728 832	713 552
Perdas por imparidade acumuladas	(80 252)	(110 918)
Total	648 580	602 634

Perdas por imparidade

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Saldo inicial	(110 918)	(79 882)
Reforço	(23 594)	(31 036)
Reversão	54 260	-
Saldo final	(80 252)	(110 918)
Variação Ano	30 666	(31 036)

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Outros créditos a receber" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	228 908	134 576
Estimativa juros partes relacionadas (Nota 11)	10 911	-
Devedores e credores diversos		
Cauções	14 700	16 700
Subsídio POSEUR (Nota 6)	3 826	3 826
Outros	1	-
Total	258 346	155 102

O valor da rubrica estimativa de produção pendente de faturação, corresponde à especialização na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro de 2023 e 2022.

A rubrica POSEUR diz respeito aos montantes que faltam receber por parte do fundo comunitário (Nota 6).

Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Adiantamentos a fornecedores" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Adiantamentos a fornecedores	70 165	5 491
Total	70 165	5 491

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Diferimentos" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Diferimentos Ativos		
Gastos a reconhecer	6 848	8 999
Total	6 848	8 999
Diferimentos Passivos		
Rendimentos a reconhecer	172 273	114 519
Total	172 273	114 519

11. PARTES RELACIONADAS

A Empresa faz parte do Grupo FCC através da participação, desde dezembro de 2020, de 100% da empresa AqualiaPortugal S.A., a qual por sua vez, é detida pela FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia). As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do Grupo FCC.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

	Ano 2023			Ano 2022
SALDOS	Fornecedores (Nota 12)	Outros créditos a receber (Nota 9)	Empréstimo concedido	Fornecedores (Nota 12)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	46 838	-	-	42 478
FCC Aqualia S.A.	16 820	10 911	800 000	621
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	7 866	-	-	7 950
Total	71 524	10 911	800 000	51 049

Em 2023, a Empresa efetuou um empréstimo à FCC Aqualia S.A. no montante de 800.000 Euros, por um prazo de um ano com possibilidade de renovação ou antecipação de reembolso, desde que solicitado por escrito à Empresa mãe. O mesmo vence juros à taxa juro de *short term rate* diminuído de um *spread* de 0,3%.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSACÇÕES	Ano 2023		Ano 2022
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Juros crédores	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	402 100	-	388 574
FCC Aqualia S.A.	41 120	10 911	621
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	63 790	-	62 226
Total	**507 010**	**10 911**	**451 421**

Não existem saldos e transacções no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 com a acionista AqualiaPortugal S.A.

12. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Fornecedores e outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	71 524	51 049
Fornecedores C/C	471 631	228 224
Total	**543 155**	**279 273**

	Ano 2023	Ano 2022
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	27	23
Fornecedores de investimentos - Outros	-	26 773
Credores por acréscimos de gastos		
Outros acréscimos de gastos	67 972	61 035
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos	413 399	516 831
Sub Total Passivo Corrente	**481 398**	**604 662**
Total	**481 398**	**604 662**

A rubrica "Subsídio POSEUR" inclui o efeito fiscal do subsídio (Nota 9).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não tinha saldos com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Adiantamentos de clientes" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Adiantamentos de clientes	21 026	17 322
Total	21 026	17 322

13. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 380.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euros cada. O capital é detido a 100% pela AqualiaPortugal, S.A..

Reservas Legais

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reservas legais, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as reservas legais ascendiam a 55.056 Euros e 45.423 Euros, respetivamente.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 18 de maio de 2023, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 192.664 Euros, foi transferido para reservas legais o montante de 9.633 Euros e o remanescente no valor de 183.031 Euros para outras reservas.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de maio de 2022, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 232.928 Euros, foi transferido para reservas legais o montante de 11.646 Euros e o remanescente no valor de 221.282 Euros para outras reservas.

14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Vendas e prestações de serviços" apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2023	Ano 2022
Vendas	4 224 662	3 881 411
Serviços prestados	140 938	156 590
Subcontratos (a)	-	26 293
Total	4 365 600	4 064 294

(a) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas (Nota 6).

As tarifas de água e saneamento doméstico relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são conforme se apresenta:

	Abastecimento de água		Saneamento de águas residuais	
Doméstico por escalão	2023	2022	2023	2022
	Preço unitário (€m3)	Preço unitário (€m3)	Preço unitário (€m3)	Preço unitário (€m3)
de 0 a 3 m^3	0,5954	0,5442	0,3572	0,3265
de 3 a 6 m^3	1,0384	0,9491	0,623	0,5695
de 6 a 9 m^3	1,5231	1,3921	0,9139	0,8353
de 9 a 12 m^3	2,3536	2,1512	2,3536	2,1512
de 12 a 15 m^3	2,935	2,6826	2,935	2,6826
de 15 a 18 m^3	3,5165	3,2141	3,5165	3,2141
de 18 a 21 m^3	3,9319	3,5938	3,9319	3,5938
mais 21 m^3	4,8872	4,4669	4,8872	4,4669

De referir que os valores apresentados podem ser diferentes em função do agregado familiar, bem como da condição social do cliente. Existem também tabelas específicas para o fornecimento não doméstico.

Os valores de tarifários apresentados acima foram publicados em Edital pela Câmara Municipal do Fundão e encontram-se disponíveis para consulta no *site* da Empresa.

15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas" é detalhada como se segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Inventários iniciais	-	-
Compras	1 328 913	1 383 962
Inventários finais	-	-
Custo mercadorias vendidas	**1 328 913**	**1 383 962**

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" é detalhada como se segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Subcontratos (a)	-	26 293
Serviços especializados	1 085 218	913 072
Materiais	88 890	80 039
Energia e fluidos	113 253	117 144
Deslocações, estadas e transportes	56 230	46 201
Serviços diversos	245 523	259 783
Total	**1 589 114**	**1 442 532**

(a) Este montante inclui gastos relativos à construção, reparação e manutenção das infraestruturas relacionadas com a concessão (Nota 6).

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 507.010 Euros e 451.421 Euros, respetivamente (Nota 11).

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Gastos com o Pessoal" é detalhada como se segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Remunerações	406 619	340 594
Encargos sociais	89 115	74 294
Seguros de acidentes de trabalho	6 353	6 422
Outros gastos com o pessoal	22 685	36 209
Total	**524 772**	**457 519**

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi nos exercícios findos em 2023 e 2022 de 25 pessoas e 23 pessoas, respetivamente.

18. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Outros rendimentos" é detalhada como se segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Outros rendimentos - Acordo Município Fundão (Nota 22)	140 858	-
Outros rendimentos	65 131	18 621
Total	205 989	18 621

A rubrica "Outros rendimentos" inclui o montante de 60.000 Euros relativo a outras realizadas para o Município do Fundão decorrentes do acordo de 2021.

19. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Outros gastos" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2023	Ano 2022
Impostos e taxas	210 117	21 212
Dívidas incobráveis (Nota 21)	54 260	-
Outros gastos	5 210	3 649
Total	269 587	24 861

20. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2023	Ano 2022
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	73 393	55 375
Ativos intangíveis (Nota 6)	248 745	247 920
Total	322 138	303 295

21. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima

de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município do Fundão, a derrama é de 0%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21%.

Para o período de 2022, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:
- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2019 a 2022 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados entre 2018 e 2020 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF apurados em 2020). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável (80% a partir de 2020).

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados conforme segue:

	Ano 2023	Ano 2022
Resultado antes de impostos	300 565	218 332
Amortização de investimentos reversiveis não aceites	182 079	181 253
Correções relativas a exercícos anterirores	(456)	(13 292)
Imparidade não aceite	21 126	23 277
Créditos incobráveis (Nota 19)	54 260	-
Beneficios Fiscais - RCCS	(149 633)	(140 000)
Amortização de investimentos reversiveis aceites	(185 597)	(185 597)
Reversão imparidade (Nota 9)	(54 260)	-
Outros	(29)	-
Lucro tributável	**168 055**	**83 973**
Prejuízos reportados de anos anteriores	-	-
Materia colectável	**168 055**	**83 973**
Coleta	33 167	15 509
Tributações autónomas	8 884	8 981
Imposto corrente do exercício	**42 051**	**24 490**
Pagamento por conta (Nota 8)	14 301	37 656
Total IRC a pagar/(recuperar)	**27 750**	**(13 166)**
Imposto corrente do exercício	**42 051**	**24 490**
Imposto diferido ativo (Nota 7)	2 084	1 178
Total Imposto sobre o rendimento do período	**44 135**	**25 668**

Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo	300 565	218 332
Imposto diferido ativo (2741 / 8122)	(2 084)	(1 178)
Imposto do periodo com impacto do imposto diferido ativo no resultado	(44 135)	(25 668)
Resultado após impacto do imposto diferido ativo	256 430	192 664

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

No exercício de 2023 e 2022, a Empresa utilizou a Remuneração Convencional do Capital Social (RCCS), o qual é um incentivo fiscal previsto no artigo 41º -A do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de uma parte das entradas de capital efetuadas pelos acionistas à sociedade. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de 7% das entradas realizadas em cada exercício, com o limite de 2.000.000 Euros, ou seja, um limite de benefício fiscal de 140.000 Euros em 2020 e nos cinco anos seguintes).

A dedução ao lucro tributável é efetuada no exercício em que são realizadas as entradas e nos cinco períodos de tributação seguintes. Consequentemente, o benefício fiscal reportável para os exercícios seguintes ascende a 280.000 Euros.

Decorrente do incentivo fiscal à capitalização das Empresas, preconizado no art.º 43.º D dos Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), a empresa deduziu cerca de 9.500 Euros.

22. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Diferença de preços na compra de água

Entre a Empresa e o Munício do Fundão tem vindo a existir uma divergência relativamente ao preço de aquisição de água em alta e do tratamento de águas residuais a pagar pela Empresa à autarquia desde o ano de 2011. Em 24 de fevereiro de 2012, a Empresa e o Município do Fundão celebraram um acordo no qual foram estabelecidos os preços de 50 cêntimos por metro cúbico de fornecimento de água e 55 cêntimos por metro cúbico para o tratamento de águas residuais, os quais se baseavam na proposta de acordo entre o Município do Fundão e a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo ("ALVT") (que resulta da agregação de várias entidades e que conduziu à extinção da anteriormente denominada Águas de Zêzere e Coa), fornecedora de água, e que comportava um desconto no total da faturação. Nos termos do acordo suprarreferido, caso se verificasse um aumento do preço a cobrar ao Município do Fundão pela ALVT, a Aquafundalia deveria ressarcir o Município pelo diferencial que viesse a existir entre o acordado e o montante efetivamente pago pelo Município.

A faturação da ALVT ao Município do Fundão tem sido efetuada por um montante superior ao definido na proposta de acordo entre a ALVT e a autarquia suprarreferida. Em resultado desta situação, decorre um litígio entre o Município do Fundão e a ALVT. Caso o desfecho deste litígio seja desfavorável ao Município, a Empresa poderá ter de ressarcir o Município pelo efeito do diferencial entre os valores considerados para definição dos preços suprarreferidos e os preços efetivamente cobrados pela ALVT. Uma vez que o eventual impacto desta situação está dependente do desfecho do processo existente entre o Município do Fundão e a ALVT, não é neste momento possível estimar com fiabilidade uma eventual responsabilidade, se alguma, que possa decorrer desta situação para a Empresa, motivo pelo qual a Empresa tem vindo a registar os custos aos preços de 50 e 55 cêntimos suprarreferidos.

Com a publicação do Decreto-Lei 94/2015, de 29 de maio, desde julho de 2015 que a Empresa passou a registar estes gastos de acordo com os preços constantes do Decreto – Lei. Assim, desde julho de 2015 a Empresa encontra-se a registar o diferencial para os preços praticados pelo Município na rubrica de "Provisões" (Nota 6).

Em dezembro de 2023 foi alcançado um acordo entre a Aquafundalia e o Município do Fundão, referente à diferença de preços de compra de água, para o período de janeiro de 2021 a dezembro de 2023, e atualizações tarifárias de 2021 a 2023.

Decorrente desse acordo, o valor da provisão relativa aquele período, constante das contas a 31 de dezembro de 2023, pelo montante de 721.475 Euros, foi totalmente utilizado e reconhecido um ganho relativamente às atualizações tarifárias dos anos de 2021 a 2023, no montante de 140.858 Euros.

Ainda assim, ao abrigo da alínea b), do n.º 3 da Cláusula 56º do Contrato de concessão datado de 24 de fevereiro de 2011, a Empresa poderá requerer o reequilíbrio económico-financeiro do contrato de concessão caso venha a ocorrer a alteração do custo de compra da água e rejeição de águas residuais em alta, dos períodos não abrangidos pelo acordo referido no parágrafo anterior. Sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que os eventuais impactos desfavoráveis, se alguns, que possam resultar das divergências antes descritas, se enquadram nesta disposição do Contrato de concessão.

Assim sendo, é entendimento do Conselho de Administração da Empresa, que, embora à presente data seja incerto o desfecho da situação relativamente ao período entre 2011 e julho de 2015, não sendo possível uma eventual quantificação do seu impacto com fiabilidade, o mesmo daria lugar a um pedido de reequilíbrio financeiro que o compensaria.

Existe ainda uma diferença entre o volume de água faturado pela ALVT ao Município e aquele efetivamente pago e consumido pela Aquafundalia. Esta diferença deve-se à existência de uma rutura no reservatório da zona de abastecimento das Donas, cuja propriedade é da ALVT. As leituras fornecidas pelo proprietário do mesmo são realizadas num contador à entrada e as leituras tomadas pela Aquafundalia são realizadas na saída do reservatório, o que explica a diferença verificada. As perdas de água ocorridas neste reservatório são da responsabilidade da empresa de água em alta, pelo que a Aquafundalia transmitiu ao responsável da gestão a sua discordância com as leituras fornecidas, sendo nossa convicção que desta divergência não resultará nenhuma responsabilidade futura para a Aquafundalia.

23. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa tinha um saldo de Caixa e equivalentes no montante de 460.499 mil Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 205.462 Euros. A empresa em 2023 já não apresenta dívida financeira a instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa apresentava um passivo corrente inferior ao ativo corrente em 1.028.242 Euros, sendo que naquele passivo se incluam 71.524 Euros de dívidas a empresas do Grupo (Nota 11).

Os Administradores da Aquafundalia elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da Empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações e que o Grupo irá manter o suporte financeiro que se revelar necessário à Empresa. Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a Empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rendibilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativo do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

24. LOCAÇÕES

Locações operacionais

A Empresa celebrou contratos de locações de imóveis e viaturas.

Os contratos de *renting* de viaturas foram celebrados por um período inicial de 36 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no termino do contrato. Face às dificuldades de aquisições de novas viaturas em consequência da falta de componentes no mercado, em 2023 foi renegociado o prazo das entregas das viaturas que estavam em fim de contrato, prevendo que o mesmo terá o seu término no final de 2024.

Os contratos de aluguer de imóveis são relativos a aluguer de escritório e armazéns para desenvolver a atividade, os mesmos têm o mínimo de 1 ano e um máximo de 10 anos, sendo possível renovar os contratos mediante o aviso prévio, por períodos sucessivos de 1 ano e 5 anos, respetivamente para o contrato anual e a 10 anos. Também é possível o arrendatário denunciar os contratos mediante acordo entre as partes. No termino dos contratos não está contratualizado a aquisição dos imóveis.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2023 e 2022, são conforme segue:

Aluguer imóveis	Ano 2023	Ano 2022
2023	-	10 392
2024	23 892	8 892
2025	13 292	8 992
2026 e seguintes	13 238	22 130
TOTAL	**50 422**	**50 406**

Renting viaturas	Ano 2023	Ano 2022
2023	-	23 376
2024	33 212	-
TOTAL	**33 212**	**23 376**

Gasto ano	Ano 2023	Ano 2022
Renting viaturas	37 458	37 458
aluguer imóveis	21 411	21 411
TOTAL	**58 869**	**58 869**

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Índia, 10 – Piso 1
1349-066 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 7.192.548 euros e um total de capital próprio de 5.023.910 euros, incluindo um resultado líquido de 256.430 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 31 de maio de 2024

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **LUÍS MIGUEL GONÇALVES ROSADO**
Num. de Identificação: 10810521
Data: 2024.05.31 14:44:57+01'00'

Luis Miguel Gonçalves Rosado - ROC n.º 1607
Registado na CMVM com o n.º 20161217